

“EDUCAR PARA ENRIQUECER”: O LIBERAL DESENVOLVIMENTISMO, O PROJETO TECNOCRÁTICO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA (1940-1970)¹

Antonia Almeida Silva²
UEFS

Maria Cristina Dantas Pina³
UESB

RESUMO:

Neste trabalho tematizamos as políticas públicas para a educação na Bahia face ao processo de industrialização deflagrado a partir do final da década de 1940, o qual se consubstanciou num movimento que denominamos de modernização conservadora. Nessa análise os espaços de interseção entre o Estado e os sujeitos implicados nos processos educacionais é parte central da opção por assinalar as séries de eventos que circunstanciam as dinâmicas educacionais do período, num esforço de abordagem das políticas públicas de uma perspectiva política.

Palavras-chave: modernização, Estado, tecnocracia, políticas públicas

“EDUCATING TO GET RICH”: DEVELOPMENT-LIBERALISM, TECHNOCRATIC PROJECT AND PUBLIC EDUCATION IN BAHIA (1940-1970)

ABSTRACT:

In this work we study the public politics for education in Bahia facing to the process of industrialization set off from the end of the decade of 1940, a movement that we call conservative modernization. In this analysis the intersections between the State and the subjects implicated in the education processes are the central aspect of our option of remarking those series of events, in an effort of approaching the public politics from a political perspective.

Key-words: modernization; State; technocracy; public politics.

1- Introdução

Neste artigo procuramos explorar as séries de eventos que circunstanciam as dinâmicas educacionais na Bahia do período 1940-1970 e suas contradições com a perspectiva de “educar para enriquecer”, ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominantes no período. Para a compreensão que se busca aprofundar um dos aspectos fundantes é a interpretação do Estado, tanto como promotor de políticas, quanto como aparelho privado de hegemonia. Outro aspecto é o entendimento de que a inserção da Bahia no processo de desenvolvimento industrial capitalista acontece, desde os tempos coloniais, a partir do comércio agroexportador, associado, tempos depois, ao grande capital mercantil e financeiro baiano que vai controlar o Estado e demarcar contornos às políticas públicas, inclusive educacionais, antenados ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. Assim, sem perder de vista as funções coercitivas do Estado, enfatizamos

as funções adaptativo-educativas desempenhadas por ele e seus desdobramentos nos movimentos de ordenação da educação pública na Bahia. Nessa análise os espaços de interseção entre o Estado e os sujeitos implicados nos processos educacionais é parte central da opção por assinalar as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período, num esforço de abordagem das políticas públicas de uma perspectiva política. Um elemento chave para a análise refere-se à guinada no modo de intervenção do Estado sob o signo da tecnocracia, sem romper com as forças do passado. A metodologia empregada para a realização do estudo foi análise documental e bibliográfica. Logo, foram utilizados os documentos produzidos nas gestões de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Estado, entre 1947-1951, e depois na de Luis Augusto Navarro de Brito, 1967-1971, pois estas gestões são exemplares desse processo, nos proporcionando elementos para compreender a articulação entre os interesses do Estado, do grande capital e dos sujeitos envolvidos na formulação e aplicação das políticas educacionais.

2-Notas sobre a emergência do liberal desenvolvimentismo na Bahia

Ainda no século XIX a Bahia se especializou como um centro financista, fortemente enriquecido com o tráfico negreiro e a intermediação do comércio agroexportador (OLIVEIRA, 2003). A partir do último quarto desse século, porém, a região experimentaria um processo agudo de desaceleração do crescimento, sendo levada a uma suposta incapacidade de acompanhar a dinâmica produtiva que vicejou no Sul e no Sudeste do país. Este processo resultou numa digestão difícil, que se prolongou até o final da década de 1940, quando, enfim, setores dominantes da política e da economia começam a esboçar uma reação sistemática ao “atraso” do estado, sob o signo da modernidade.

O recurso ao ideal da modernização/modernidade, embora não fosse exatamente uma novidade e muito menos uma invenção da política baiana, foi convertida na principal via para a superação do atraso e em sinônimo de avanço econômico e progresso local, constituindo-se num trunfo ideológico de grande poder de persuasão entre os setores afeitos ao pensamento liberal, em sua versão desenvolvimentista emergente.

Passadas, portanto, a crise econômica, a guerra e a ditadura, a burguesia mercantil e financeira baiana descobre-se, de novo, a principal classe burguesa de uma economia exportadora que passa a ser gravada pela formação do parque industrial brasileiro. Para inserir-se no processo de desenvolvimento nacional, resguardando, ao mesmo tempo, seus interesses específicos, era preciso forjar um sistema de idéias onde aquele processo, principalmente a industrialização, convergisse com os seus interesses no comércio exportador, de tal modo que essa ideologia, orientando sua própria política, levasse-a de novo a incrustar-se no bloco de poder nacional. Naquelas circunstâncias, para satisfazer essas condições, o discurso teria que adquirir necessariamente um tom regionalista (GUIMARÃES, 2003, p. 40).

Para Guimarães três grandes projetos se unem no processo de consolidação da modernidade baiana nos anos 1950, característicos da nova configuração da burguesia baiana no pós-guerra: o projeto liberal-burguês, o projeto reformista-desenvolvimentista e o projeto regionalista.

O projeto liberal-burguês é construído e expresso no seio do grande capital mercantil e financeiro baiano e pode ser considerado como o

herdeiro do tradicional liberalismo da oligarquia. A atitude política dos intelectuais tradicionais, conhecedores da lei e do vernáculo, que não tiveram outra reação frente à nova ordem, nos anos 30, senão bradar contra o desrespeito à Constituição e ao direito, estava ultrapassada. Para a burguesia, mais que a liberdade, o fundamental é o dinheiro, por isso sua nova geração, sem despir-se do espírito liberal e democrático, aprofunda o conhecimento do dinheiro, recupera a língua da economia e das finanças.

Essa nova geração sai a campo, no pós-guerra, com um discurso econômico que procura retomar as possibilidades históricas, e propõe um plano de recuperação não apenas da sua facção de classe, mas de toda a região (GUIMARAES, 2003, p. 42).

Ademais, o redirecionamento nas formas de intervenção das forças políticas atingia em cheio as formas de atuação do Estado. Este, se até então vinha sendo operado dentro de uma perspectiva predominantemente corporativa, com ênfase nas dinâmicas internas e regionais, a partir dessas mudanças passou a atuar dentro de uma perspectiva supra-regional, com papel importante no financiamento do capital, principalmente por meio da criação de um parque de infra-estrutura (água encanada, energia elétrica, rodovias, rede telefônica, rodovias, aeroportos, doação de áreas públicas, construção, equipamento e funcionamento de empresas que exigiam grandes investimentos – siderúrgicas, Petrobras, etc.), além de subvenções fiscais. Alguns lances da política baiana no período são fundamentais para acompanharmos e darmos a visibilidade necessária a essas mudanças.

Um dos primeiros lances desse movimento toma corpo *pari passu* à eleição do governador Otávio Mangabeira, ex-vereador, ex-deputado federal por várias legislaturas, ex-ministro do Exterior no governo Washington Luís (1926-1930) e que se notabilizou na política depois da chamada Revolução de Trinta, como democrata e defensor das liberdades políticas. A partir daí, fizera oposição sistemática ao presidente Getúlio Vargas, chegando a ser exilado por essa razão. Ao ser anistiado, em 1945, retornou ao Brasil, candidatou-se e foi eleito constituinte, como um líder que jamais cedeu espaço à ditadura Vargas (TAVARES, 2001).

Em 1947, portanto já num momento de conciliação entre forças políticas que se opunham no estado (mangabeiristas e juracistas), Otávio Mangabeira disputou e venceu as eleições pela coligação UDN-PSD, com o apoio de outros partidos: PR, PCB e PRP⁴. O governador tomou posse de um estado dilapidado. Tavares descreve o quadro encontrado nos seguintes termos:

[...] Otávio Mangabeira tomou posse do governo de um estado da Bahia pobre, atrasado e ferido por sucessivas interventorias do Estado Novo, das quais a única que experimentou tímido programa nas áreas de educação e agronomia foi a de Landolfo Alves de Almeida. Faltava carne na cidade do Salvador. A carestia de vida era enorme. A economia baiana mais atuante era a do cacau. Ela fornecia porém “mais divisas ao país” do que à Bahia, dependia do mercado externo e sofria com a legislação tributária federal. Faltavam escolas, hospitais, estradas de rodagem, portos marítimos e fluviais, navios e estradas de ferro (TAVARES, 2001, p. 460).

Uma novidade na linha administrativa que despontava era o discurso social, ao qual se associava a ênfase na educação. O retorno de Anísio Teixeira à Secretaria de Educação é um dos elementos que traduziam as mudanças em questão. Luís Henrique Tavares ressalta,

por exemplo, que o governo de Mangabeira foi o primeiro a realizar uma política de apoio e incentivo à cultura.

O governador assumiu a hipótese de um “enigma baiano”, deflagrando um processo de enfrentamento do atraso pautado numa iniciativa nova: o estudo do enigma e o levantamento de soluções. Com essa iniciativa, o governo já dava pistas de que o problema do atraso não só tinha alcançado foro público, mas que seu enfrentamento se daria em novas bases. Os ideais de modernização/modernidade foram lançados para o centro das discussões políticas. Embora o recurso a esses ideais não fosse exatamente uma novidade e muito menos uma invenção da política baiana, ele influenciou na cena política, modificando-a e dinamizando-a num quadro de intensa disputa de direção.

As preocupações em torno da reconstrução da Bahia podem ser percebidas nos discursos de Mangabeira na Assembléia Legislativa a cada início de ano. No raiar de 1949, ano comemorativo do quarto centenário da cidade de Salvador, ele aclamava o baiano a colaborar no projeto de modernização desenvolvimentista:

[...] Ao alvorecer deste ano, que pode ser proclamado o ano da Bahia, é mais do que nunca oportuno que daqui vos reafirme o pensamento, o propósito, em uma palavra o lema de pacificação para o trabalho que explica a minha presença no posto a que me elevaste, e tem sido a bandeira a cuja sempre venho convosco exercendo o Governo do Estado. [...] Sejam sim, um museu, de que nos devemos orgulhar. Mas sejam, sobretudo, uma oficina, um laboratório, uma escola, onde se trabalha sem repouso, onde se investigue sem descanso, onde se estudam e aprendam sem fadiga os meios a pôr em prática para que a terra venha a ser mais próspera, ou seja, mais produtiva, e o povo menos pobre e mais feliz, em uma sociedade onde haja lugar para todos. [...] Não façamos de nossos quatro séculos apenas um momento para veneração das tradições, mas uma bela montanha de cujo cimo possamos descortinar de mais alto os horizontes da pátria, e assim nos habilitemos a melhor preservá-la e servi-la. (MENSAGEM DO GOVERNADOR OTÁVIO MANGABEIRA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Diário Oficial do Estado, 05 de janeiro de 1949).

O enfrentamento do suposto enigma perduraria como desafio, tornando-se num ponto de confluência dos mais sólidos; as estratégias adotadas, porém, sofreriam revezes. O apelo desenvolvimentista-corporativista, focado nos interesses regionais, perdia mais espaço.

[...] Em vez de reforço ao papel diretivo de burguesias regionais, incrementou-se a capacidade de planejamento e intervenção do Estado, cujo corpo técnico, crescentemente insulado, torna-se formulador e diretor de políticas. Assim, praticamente anulam-se as chances de implementação da estratégia liberal, que tivera no governo Octávio Mangabeira (1947-1951) seu momento máximo de fermentação e no isolamento daquele líder político, com o retorno de Vargas ao poder, sua curva de inflexão. Logo, economia e política nacionais convergiam para sepultar a hipótese de reiteração oligárquica e apontar, às elites baianas, um caminho alternativo de superação do *enigma* (DANTAS NETO, 2003, p. 216).

Entre idas e vindas, composição e recomposição dos grupos que pleiteavam a direção, em 1954 ergueu-se uma nova aliança (até a eleição de Mangabeira improvável),

congregando juracistas (UDN), getulistas (PTB) e uma dissidência do PSD, para defender e eleger Antônio Balbino como governador. Nesse governo, em mais um lance excepcional da inovação conservadora, reuniram-se jovens economistas e estudiosos dos problemas baianos e instituiu-se a CPE (Comissão de Planejamento Econômico), sob a coordenação de Rômulo Almeida, então Secretário da Fazenda do Estado da Bahia. O trabalho de Rômulo Almeida destaca-se também como um marco no processo de revisão das formas de atuação dos altos funcionários do estado e incorporação da orientação tecnocrática. A tecnocracia refere-se à formação, no interior ou a partir da burguesia nacional, de um grupo político tecnicamente organizado que interferiu de forma decisiva no aparelho estatal brasileiro, especialmente a partir de 1964. Alves (1987), no entanto, identifica a emergência da tecnocracia desde os anos 50, com a Escola Superior de Guerra.

3- “Educar para enriquecer”: a educação no quadro da modernização conservadora

Não seria exagero dizer que o ritmo do processo de organização e consolidação do sistema público de educação na Bahia espelha muito das dinâmicas de organização do poder experimentadas no marco das transformações do período republicano. Assim, apesar das promessas de autonomização e independência, a canalização de ações para formulação e implementação de políticas públicas de natureza social deu-se sem o rompimento com a política de influência e retalhamento das máquinas gerenciais locais e regionais. No âmbito educacional, isso redundaria no enviesamento tanto das concepções adotadas quanto das ações, pautadas predominantemente por interesses eleitorais, como se pode verificar nos exemplos abaixo relacionados.

Não é nossa pretensão enveredar por uma análise minuciosa das trilhas educacionais no período. Nossa intenção é fornecer alguns elementos para compormos um panorama da evolução da educação no processo de reação ao enigma e consolidação da modernização conservadora, tendo em vista a guinada no modo de intervenção do Estado e seus desdobramentos gerais sobre a educação pública.

Ainda na Primeira República, são conhecidas, particularmente, as iniciativas do governador Francisco Marques de Goes Calmon (1924-1928), destacado como aquele que trouxe para a administração pública jovens recém-formados nas faculdades de Direito da Bahia e do Rio de Janeiro, entre os quais Anísio Spinola Teixeira. Este assumiu a Inspeção de Instrução Pública e atuou, com prioridade, sobre a organização do sistema educacional do estado. À época, Anísio Teixeira não se havia projetado como um dos mais proeminentes nomes do movimento da Escola Nova, corrente de matriz liberal desencadeada no Brasil que propunha novos princípios pedagógicos para a organização e o desenvolvimento da educação. Ao deflagrar a reforma educacional na Bahia, o jovem bacharel se fixaria nos aspectos institucionais, sem a proposição de iniciativas mais vibrantes para o enfrentamento do problema da escolarização da população.

Segundo Jorge Nagle (1974), a reforma baiana realizada por Anísio Teixeira, por intermédio da Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, apresentava-se como a fase final do ciclo puramente reformista iniciado em 1920 com a reforma paulista e a abertura de outro ciclo, com maior desenvolvimento das idéias e a introdução sistemática do escolanovismo. Foi nessa sucessão, argumenta o autor, que a reforma baiana apareceu como

o coroamento de um processo de estruturação dos sistemas escolares estaduais, pois nela se incorpora, ainda que no plano quase exclusivo da legislação, o conjunto dos elementos, aspectos e orientação que se vinham desenvolvendo desde o início da década dos vinte (NAGLE, 1974, p. 194).

Mesmo concordando com essa argumentação de Nagle, é possível visualizar na fala de Anísio Teixeira, nesse período, um prenúncio de idéias liberais e iniciativas na expansão da educação elementar.

No seu relatório do final do quadriênio (1924-1928), Anísio Teixeira deixa exposta uma avaliação do ensino na Bahia em 1923, como também as metas alcançadas e os objetivos da reforma implementada. Na leitura do texto, é possível perceber as concepções políticas e teóricas que fundamentaram as ações da Diretoria de Ensino. De início, ao avaliar a precariedade do ensino primário no estado, destaca sua prioridade:

Como base da pirâmide do serviço de educação, era para esse ensino popular que haviam de convergir os esforços centrais do governo, certo de que a educação secundária e superior haveria de chegar progressivamente, depois que essa necessidade elementar e mais emergente estivesse a pique de ser satisfeita (TEIXEIRA, 1928, p.3).

Teixeira vai mais além, expondo o que de fato pensava sobre a sociedade baiana em termos educacionais, destacando as implicações sociais e políticas da falta de instrução. Seu texto constitui um exemplo explícito da concepção liberal em gestação no país.

O disparate entre a nossa aristocracia cultivada e diretora das atividades nacionais e a grande massa popular analfabeta, não constitui somente em caso revoltante de ausência de consciência democrática e humana no país, mas, poderá, muito cedo, refletir-se em conflitos e incompatibilidades capazes de complicar as nossas grandes, mas singelas questões, em problemas de crítica e complexa solução (TEIXEIRA, 1928, p. 10).

Para sanar esse 'mal', era necessário, segundo Teixeira, mudar o currículo da escola primária, atualizá-lo em direção aos modernos métodos de ensino, construir um novo programa. Assim estava previsto na Lei de Ensino de 1925.

O programa, assim, distanciando-se do antigo ideal de ensinar ler, escrever e contar, compreende (art. 64 da Lei de Ensino), além desses três fundamentos, estudos de história e geographia, de ciências e suas aplicações, de agricultura e indústria locais, de desenho, de trabalhos manuais e domésticos e de música, e ainda educação física e educação cívica (TEIXEIRA, 1928, p. 27).

Para que esse plano desse certo, era fundamental apostar na formação do professor, o que também foi previsto e executado, inicialmente, através dos cursos de férias e a reformulação da Escola Normal.

Sempre fundamental, essa peça da máquina escolar ganhou modernamente em relevo mais extraordinário, uma vez que a escola se transformou em uma oficina governada por leis científicas de psicologia. Os últimos progressos verificados na psicologia experimental e educativa, os processos modernos de medidas de resultados escolares, exigem que o mestre hoje seja um especialista (TEIXEIRA, 1928, p. 61).

Mesmo indicando estas metas, a primeira gestão de Anísio Teixeira na educação baiana pouco concretizou, as reais mudanças foram, mais uma vez, jogadas pra adiante. O governo do estado da Bahia, portanto, ainda não alçava uma ruptura ou uma mobilização mais vigorosa para a expansão da educação pública e a sua revisão doutrinária, em que

pese a latência dessas bandeiras nos movimentos também denominados por Nagle (1974) de inusitado “entusiasmo pedagógico” e marcante “otimismo pedagógico”. Estes movimentos emergiram pautados numa noção salvacionista da educação, cujo fundamento político preconizava a ignorância como causa de todos os males nacionais, e a difusão da instrução era tida como a chave de todos os problemas sociais, econômicos e políticos do país.

Note que tal movimento guarda estreita relação com a polarização da idéia de modernização que se projetara nos movimentos político-intelectuais que acompanharam o deslocamento do centro da vida nacional do Nordeste para o Centro-Sul, isto é, o movimento de conformação das novas relações sociais de produção e de realinhamentos políticos. Dali emergiria também a defesa do Estado como principal agente da promoção da educação no país e viabilizador da igualdade de oportunidades, tendo em vista o crescimento econômico e o progresso. Não por acaso Nagle chama atenção nesse cenário para os lugares ocupados pela escola e pela escolarização no debate público sobre esses temas na época. Diz o autor:

Escolarização, o motor da escola – aqui se encontra a crença resultante daquele entusiasmo e otimismo, a forma mais acabada com que se procura responder aos desafios propostos pelas transformações sociais que ocorrem a partir do segundo decênio deste século [século XX] (NAGLE, 1974, p. 100).

Na Bahia, embora já se notem alterações no período 1933-1946 em relação ao número de escolas e às matrículas, os dados encontrados ainda são tímidos, conforme podemos acompanhar nas Tabelas 01, 02:

TABELA 01
UNIDADES ESCOLARES NA BAHIA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA – 1933 E 1946

ANOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1933	11	1.432	-	346
1946	23	1.647	285	557

Fonte: Tabela montada a partir de dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1949.

TABELA 02
MATRÍCULA EFETIVA, SEGUNDO O GRAU DE ENSINO, 1933 E 1946

ANOS	TOTAL	GRAUS DE ENSINO		
		Elementar	Médio	Superior
1933	109.121	101.050	5.735	2.336
1946	157.194	140.536	14.826	1.832

Fonte: Tabela montada a partir de dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1949.

Esses dados quando confrontados com os contingentes da população em idade escolar, conforme indicados na Tabela 03, indicam claramente um abismo entre a matrícula e a demanda, informando a insuficiência das ações engendradas no período, sobretudo em relação ao marco do nosso estudo, 1940. Vejamos os dados da Tabela 03:

TABELA 03
POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR IDADE E POR ZONAS, NOS ANOS DE
1933 E 1947

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR								
	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos
Ensino Urbano									
1933	15.388	15.093	14.797	14.502	14.206	13.911	13.615	13.320	13.024
1947	24.332	23.865	23.398	22.931	22.462	21.996	21.529	21.052	20.594
Ensino Rural									
1933	83.697	82.091	80.482	78.876	77.267	75.661	74.052	72.446	70.837
1947	120.531	118.218	115.901	113.589	111.272	108.959	105.642	104.329	102.012

Fonte: Tabela montada a partir de dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1949.

Note-se que embora houvesse a ampliação do acesso à escola no período 1933-1947, o ritmo empreendido ficaria ainda bem aquém do crescimento populacional e do atendimento da demanda no estado, sobretudo para a população rural. Os dados coletados levam-nos a perceber que o salto baiano para uma política de expansão da escolarização dar-se-ia mais tardiamente, sendo a segunda passagem de Anísio Teixeira pela Secretaria de Educação uma etapa importante desse processo. No plano estadual, este segundo momento coincidiria com o próprio movimento de reação ao atraso do estado, com as ações desencadeadas pelo governador Otávio Mangabeira, a partir de 1947.

[...] Em um ano de governo estavam em construção 258 novos prédios escolares. Símbolo do ensino secundário em todo o estado, o centenário Ginásio da Bahia, sucessor do Liceu Provincial, cresceu para cinco novos centros: Central, Liberdade, Itapagipe, Nazaré e Brotas.

Anísio Teixeira partiu dos primeiros resultados positivos de sua administração para a inovação criadora dos Centros Educacionais integrados em Escolas Classe e Escolas Parque. Em quatro anos de trabalho, passaram a existir na Bahia escolas de nível elementar, ginásios e colégios de nível secundário que se distanciavam dos anteriores não só em instalações, prédios e salas de aulas, mas sobretudo no professorado concursado em títulos e provas escritas e orais, em boa parte diplomados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da jovem Universidade Federal da Bahia. Quase no fim do governo Mangabeira já existia o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, com duas Escolas Classe, estando a primeira Escola Parque do Brasil em construção no bairro do Pau Miúdo (TAVARES, 2001, p. 461).

No início do governo Anísio Teixeira apontava o estado precário da educação baiana:

Os serviços de educação do Estado resumem-se em um corpo de professores primários aglomerados nas cidades ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos sem prédios, instalações e assistência técnica, moral ou mesmo administrativa, um corpo de professores secundários distribuídos por três ou quatro pavilhões de um único instituto secundário, e três institutos de formação do magistério primário, somente um com instalações materiais adequadas, mas lamentavelmente, transformado em uma confusa e congestionada escola secundária. A isso se reduz o aparelhamento escolar do Estado (Relatório da Secretaria de Educação e Saúde, 1948 *apud* ALMEIDA, 1988, p. 29).

E traça, a partir deste diagnóstico, as principais linhas de atuação da sua gestão, indicando o ideal de modernização presente no seu discurso:

A obra de recuperação do ensino primário tem de atingir o prédio escolar e seu aparelhamento, o professor e o aluno. Primeiro a que exigir um teto para cada escola. Não é possível continuar-se com a “escola professor”. O mestre é um elemento, sem dúvida, essencial, mas não pode trabalhar sem local e material adequados. A escola sem prédio é uma demonstração do conceito de “escola formalidade”, ou de escola para mistificar a necessidade de educação da população mais pobre (Relatório da Secretaria de Educação e Saúde, 1948 *apud* ALMEIDA, 1988, p. 29).

É a partir desta perspectiva que podemos analisar as ações empreendidas por Anísio Teixeira frente à Secretaria de Educação no governo Mangabeira. Dentre essas ações ganha destaque a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a chamada Escola Parque.

A Escola Parque era composta de três escola-classe e uma infra-estrutura que comportava salas de música, de dança, de teatro, de artes, de desenho e artes industriais, ginásio de educação física, dormitórios, biblioteca, restaurante etc. Era de fato um projeto arquitetônico de inspiração pedagógica escolanovista. Há muito Anísio Teixeira já tinha sistematizado suas idéias pedagógicas e educacionais, colocando a educação no centro do processo de reforma e adaptação da sociedade brasileira a uma ordem urbano-industrial, sustentada pela técnica e pela ciência. A Escola Parque representava a concretização dessas idéias, preparar jovens para a sociedade em mudança, capacitá-los através da técnica e da ciência. Mas entre as idéias e as ações de Anísio Teixeira existiam as mediações – os interesses de classes, sua posição social, os limites do projeto liberal escolanovista. Como diz Gandini (1980, p. 13), Anísio Teixeira “[...] pensa como um liberal conservador americano e age como um funcionário – intelectual latino-americano, no melhor sentido e com todas as suas limitações: procura promover a democratização da escola via decreto”.

Apesar da intensidade e quantidade de reformas e construções escolares implementadas na gestão de Anísio Teixeira, o governo Mangabeira e sua gestão especificamente sofrem várias críticas dos movimentos sociais em geral e do Partido Comunista. Stela Almeida cita algumas dessas críticas veiculadas no Jornal O Momento, periódico do Partido comunista:

Não mais surpreendem as atitudes do Sr. Anísio Teixeira. Pregoeiro da democracia, manifesta-se, nos seus atos, prepotente e autoritário. Instituidor de provas públicas para o magistério secundário, desmoraliza os concursos, nomeando, para catedráticos, elementos estranhos ao magistério (O MOMENTO, 20 de junho de 1950 *apud* ALMEIDA, 1988, p. 33).

São tão absurdas as exigências da Secretaria de Educação e Saúde, o professor primário está sendo relegado a uma situação tal, que são poucas as pessoas que se sujeitam a submeter a isto. A recompensa que recebem os professores primários pelo grande trabalho e esforço que tem de dispende é a mais insignificante, já sendo por demais conhecida a sua situação, de que é um bom exemplo o fato de zeladores de certas escolas e estabelecimentos de ensino ganharem o mesmo e as vezes mais do que uma professora, com responsabilidade muito menor e muito menos trabalho (O MOMENTO, 17 de Janeiro de 1950 *apud* ALMEIDA, 1988, p. 34).

Além dessas iniciativas ligadas ao sistema de ensino, registra-se também a participação de Anísio Teixeira nos debates e nas propostas na Constituinte do pós-Estado Novo, embora as propostas mais inovadoras não tenham sido incorporadas à Constituição do Estado da Bahia de 1947. Uma das propostas rejeitadas referia-se à criação do Conselho Estadual de Educação, sem ingerências pessoais ou político-partidárias, expressão latente de um Anísio mais engajado com as questões educacionais e senhor de uma das idéias mais polêmicas no debate educacional brasileiro: a concepção de descentralização.

Apesar das ações inovadoras gestadas sob a liderança de Anísio Teixeira o quadro educacional não seria alterado com o mesmo vigor verificado no parque econômico. Acompanhemos com atenção o balanço apresentado por Navarro de Britto:

A situação é a de uma região subdesenvolvida. Em 1962 a escolarização só atingia 54,4% de crianças de 7 a 14 anos. Três anos mais tarde, o número bruto de inscrições nas escolas do estado diminui, enquanto o índice de crescimento demográfico nesse mesmo grupo etário se eleva anualmente a mais de 2%. Em 1965, o déficit escolar eleva-se a 685.976 crianças (de 7 a 14 anos) e 31 municípios jamais tinham tido escola. Além disso, na mesma época, as escolas de um só professor (o mais das vezes em uma sala em péssimo estado) correspondiam a 78% da rede existente e o número de professores leigos atingia a 48,5% do pessoal docente (BRITTO, 1991, p. 9).

Dados trazidos por Edvaldo Boaventura (1978) situam o período entre 1965 e 1975 como de expressivo crescimento linear da matrícula. No ensino de 1º grau, verificar-se-ia um crescimento à taxa de 7,2% sobre a matrícula do ano médio, enquanto no 2º grau essa taxa alcançaria 15,5%.⁵

O governo de Luís Viana (1967-1971), situado nesse período, parece apontar para uma nova dinâmica em torno das políticas públicas de educação. Estimulado pelo conceito de educação para o desenvolvimento, esse governo assumiria a máxima “educar para enriquecer”, com a pretensão de deixar para trás a máxima “enriquecer para educar”, como se esta fosse a principal motivação para que a educação apresentasse as condições antes descritas por Navarro de Britto.

É óbvio que, no cenário em questão, a assunção daquela máxima não se distanciava de um processo de aproximação mais aguda com a orientação tecnocrática e com a interpretação de que a educação era um ingrediente fundamental para o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual, cuja referência se localiza na teoria do capital humano. Esta, por sua vez, está pautada na potencialização da educação enquanto produtora da capacidade de trabalho, vinculando-a ao desenvolvimento econômico, à distribuição de renda e à equalização social (FRIGOTTO, 1989).

Expressão dessa aproximação foi a elaboração do PIEC (Plano Integral de Educação e Cultura) pelo então secretário da Educação e Cultura, Luiz Navarro de Britto (1967-1970), por meio do qual foi possível dispor de um diagnóstico da situação e de um plano de intervenção em áreas até então pouco assistidas e concentradoras de disparidades educacionais. Em que pese o afinco com que Navarro de Britto se dedicaria à incorporação da orientação tecnocrática e a identificação dele com os pressupostos do capital humano, romper ou tentar barrar os imperativos eleitorais regidos pelos setores instalados no Estado não era uma tarefa das mais fáceis. Como se pode perceber no relato do próprio idealizador do PIEC, além das dificuldades de ordem técnica, a resistência para a implementação desse plano vinha também das forças políticas. Diz Navarro de Britto:

Mas repensar a educação significa também, necessariamente, revisar as relações de poder. Em uma região subdesenvolvida isso é ainda mais verdadeiro que alhures, pois as mudanças no setor educativo subvertem em espaço muito curto as raízes sócio-políticas. Como serviço público, a rede educacional nele consiste um dos elementos inerentes ao exercício do patriarcalismo político. Desde o recrutamento do professor até a distribuição do material escolar, da construção da escola até a seleção dos alunos, tudo emanava na Bahia do prestígio e das prerrogativas dos donos dos currais eleitorais.

Ora o planejamento em execução desconhecia e repudiava esse “protecionismo”.

Em tais condições, a realização do PIEC suscitou resistências sobretudo indiretas ou disfarçadas. As elites não queriam parecer “contra” e não podiam também renunciar a seus privilégios (BRITTO, 1991, p. 20).

Taxado de “comunista”, um dos rótulos mais agressivos nas rodas políticas calcadas nos realinhamentos conservadores, Navarro de Britto seria afastado da Secretaria de Educação um ano antes do final do mandato do governador Luís Viana Filho. Aquela tentativa de planificação da educação balizada por uma orientação política menos submissa aos vícios das relações de poder instaladas no Estado seria arrefecida.

4- Algumas Conclusões

Num período de industrialização crescente da Bahia e de adesão a uma concepção desenvolvimentista, ancorada em políticas compensatórias do Estado nacional, a educação não lograria um papel de destaque, evoluindo a passos lentos e à mercê dos interesses privados dos segmentos incrustados no Estado. Note-se que tanto entre 1933-1947, quanto no período seguinte a ampliação do acesso à escola foi continuamente incrementada, não obstante o ritmo empreendido ficaria ainda bem aquém do crescimento populacional e do atendimento da demanda no estado.

As políticas públicas marcadas tanto pelo liberal desenvolvimentismo, quanto pelo tecnicismo, postas em prática na gestão educacional baiana, no período aqui analisado, não conseguiram de fato trazer a educação para o centro das preocupações. O discurso não encontrava eco nas ações políticas mais gerais, marcada, como dissemos, por interesses eleitoreiros e oligárquicos. No plano socioeconômico assistimos a uma consolidação do projeto modernizador capitalista, porém capitaneado pela política conservadora das nossas classes dominantes.

A máxima “educar para enriquecer”, embora fizesse coro ao projeto de potencialização da educação enquanto produtora da capacidade de trabalho, não se consolidou como tendência capaz de tonificar políticas públicas efetivas de democratização da educação no estado. A partir de 1971 seriam elaborados o Plano Estadual de Implantação do Ensino de 1º e 2º Graus, aprovado em 1972, em atendimento às exigências da própria Lei nº 5692/71 (art. 72 e § único), e o Plano Estadual de Educação da Bahia – 1978/1981, o qual foi antecedido pela aprovação, em 1977, das Linhas-Mestras do Programa de Educação – 1975/1979, além dos Planos de Aplicação de Recursos do Salário-Educação (BOAVENTURA, 1978). Cabe lembrar que, a partir daquela lei, o ensino de 7 a 14 anos passava a ser obrigatório, mas, na Bahia, embora o sistema de ensino continuasse em expansão, ainda era um dos mais excludentes do país. Em 1982, ainda se verificava no estado uma taxa de analfabetismo, na população de 7 anos e mais, da ordem de 41,01%, com uma média de 39% entre 1981 e 1985 (BAHIA, 1988), configurando uma

trajetória educacional de alguns avanços em relação ao acesso, mas ainda tolhida por uma perspectiva política de costas para os interesses dos setores populares e avessa às conformações administrativas que ameaçavam as roscas de influência na estrutura de poder.

Assim, no marco do liberal-desenvolvimentismo baiano, simultâneo ao incremento da matrícula e ao esforço empreendido para adequar a educação à perspectiva da administração gerencial, as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização. Pelo contrário, evidenciou-se que, apesar da tônica tecnocrática, da industrialização crescente no estado e da adesão dos setores dominantes a uma concepção desenvolvimentista, supostamente ancorada em políticas compensatórias do Estado nacional, a educação não lograria o papel principal entre as políticas dos governos que se sucederam no período, evoluindo a passos lentos e à mercê dos interesses privados dos segmentos incrustados no Estado.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, M. P. de. **Notas sobre o “enigma baiano”**. Salvador, Bahia: Edições da CPE (Comissão de Planejamento Econômico) n. 3; Livraria Progresso Editora, 1958.
- ALMEIDA, S. B. de. **Escola Parque: paradigma escola (1947-1951)**. 1988. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 1988.
- ALVES, M^a H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BAHIA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Alguns indicadores da situação educacional do estado da Bahia. Salvador: SEC/IAT, 1988 (parte integrante do PLANDEBA).
- BOAVENTURA, E. M. Síntese e fundamentação do Plano Estadual de Educação da Bahia – 1978-1981. **Planejamento**. Salvador, 6 (3), p. 323-334, jul./set, 1978.
- BRITTO, L. N. **Educação na Bahia: propostas, realizações e reflexões**. São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador, Ba: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; Brasília, DF: INEP; [S.L.]: OEA. Coletânea Navarro de Britto, 1991, vol. 1.
- CRUZ, R. C. da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. 334 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da UNICAMP-Campinas, SP, 1999.
- DANTAS NETO, P. F. “Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **Caderno CRH**. Salvador: UFBA, n^o 39, p. 213-255, jul/dez, 2003.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 3^a ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- GANDINI, R. P. C. **Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira (1930-1935)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GUIMARÃES, A. S. **Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia**. 144 f 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia - UFBA. Salvador, Bahia, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A educação no estado da Bahia: repertório estatístico comemorativo do IV Centenário da Cidade do Salvador. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

MENSAGEM DO GOVERNADOR OTÁVIO MANGABEIRA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Diário Oficial do Estado, 05 de janeiro de 1949.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PAIVA, V. **Educação popular e alfabetização de adultos**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1987.

SILVA, Antonia Almeida. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998)**. 2007, 243 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, A. S. **O ensino no Estado da Bahia 1924-1928 – Relatório**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1928.

VIANA FILHO, L. Prefácio. In: BRITO, L. N. de. **Educação na Bahia: propostas, realizações e reflexões**. São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador, Ba: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; Brasília, DF: INEP; [S. L.]: OEA, 1991.

¹ Comunicação apresentada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB durante o VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto, Portugal, 2008.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando na área de Política Educacional e na linha História das Políticas Públicas em Educação. Ed. Residencial: Caminho Cipó, 4, Cidade Nova – Feira de Santana – Ba. CEP 44030-510. Ed. Comercial: Departamento de Educação – Universidade Estadual de Feira de Santana, BR 116, KM 03, Av. Universitária – Feira de Santana – BA. CEP 44.031-460. e-mail: antoniasilv@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade de Campinas – SP, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atuando na área de História da Educação com ênfase em História do Ensino de História, vinculada ao grupo de pesquisa do Museu Pedagógico da UESB. Ed. Residencial: Rua A, Quadra A, nº 2, Morada do Bem Querer – Vitória da Conquista – BA. CEP 45083-000. Ed. Comercial: Departamento de História – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Estrada do Bem Querer, Km 4 Bairro Universitário CEP 45083-900. E-mail: mcristina.pina@gmail.com.

⁴ UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático), PR (Partido Republicano), PCB (Partido Comunista do Brasil), PRP (Partido da Representação Popular). Surpreendentemente, tal eleição teve o apoio do PCB e do PRP ao mesmo candidato. Historicamente, comunistas e integralistas atuavam em campos opostos.

⁵ Cabe lembrar que, embora o autor se refira a 1º e 2º graus de ensino indistintamente, estes só foram instituídos em 1971.

Artigo recebido em: 10/02/10

Aprovado para publicação em: 02/03/10